



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

Relatório de Inflação

Outubro 2017 - Edição Nº 22



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana – Governador
Maria Izolda Cela – Vice Governadora

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Junior – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral
Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos
Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública
João Mário de França – Diretor de Estudos Sociais

Relatório de Inflação – n° 22 – Outubro de 2017

Elaboração

Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas)
Matheus dos Santos Carvalho (Estagiário)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n° - Edifício SEPLAG, Térreo.

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Relatório de Inflação

É uma publicação mensal da inflação obtida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e outras nove regiões metropolitanas do Brasil além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande.

Nesta edição

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou forte aceleração neste mês de outubro de 2017 com alta de 0,41% com relação a setembro. No IPCA nacional, o índice ficou em 0,42%, também com forte aceleração com relação a setembro.

Embora os preços de outubro tenha acelerado com relação a setembro, a inflação acumulada dos últimos doze meses na RMF encontra-se em apenas 2,63% e, portanto, ainda abaixo do limite inferior do teto da meta. No IPCA nacional, o acumulado dos últimos doze meses continua (desde agosto) abaixo do limite inferior do teto da meta de 4,5% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ao registrar 2,70%.

No que tange aos grandes Grupos do IPCA, destaca-se que no caso nacional o grupo Alimentação e Bebidas apresentou a sexta queda consecutiva (-0,05%), embora menos intensa do que a registrada em setembro (-0,41%). Na RMF, houve um leve aumento de 0,02%, revertendo o processo desinflacionário do grupo nos últimos cinco meses.

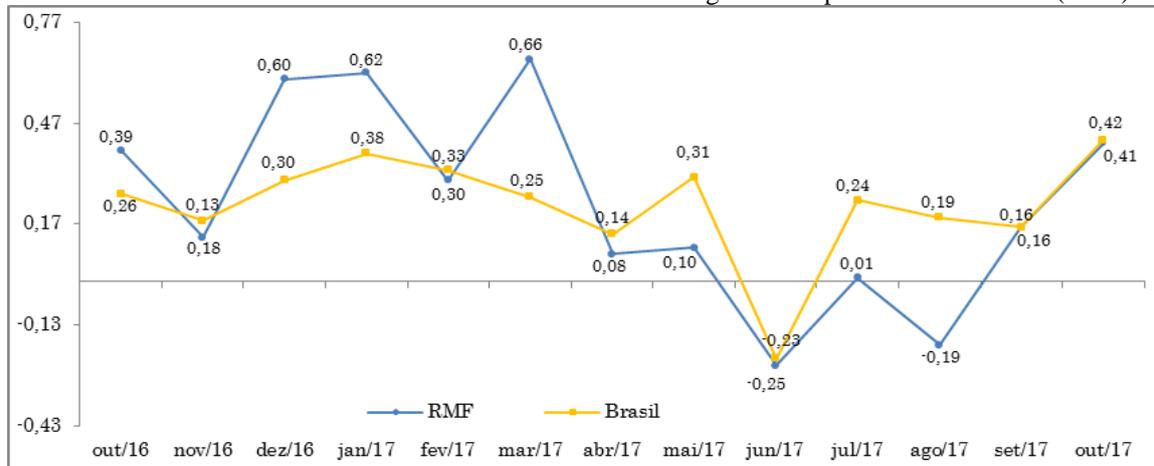
Não obstante o aumento neste mês de outubro o acumulado dos últimos 12 meses do INPC da RMF encontra-se em 2,48% e o nacional em 1,83%.

1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou forte aceleração neste mês de outubro de 2017 com alta de 0,41% com relação a setembro. No mês de outubro de 2016 o IPCA da RMF havia registrado alta de 0,39%, na mesma comparação.

No que tange ao IPCA nacional, o índice ficou em 0,42%, também com forte aceleração com relação a setembro, e acima do registrado em outubro de 2016 (0,26%). O Gráfico 1.1 apresenta a evolução do índice tanto para a RMF como para o Brasil.

Gráfico 1.1: Série Histórica IPCA Mensal Outubro – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE; Elaboração: IPECE.

De acordo com o IBGE, no ano, o IPCA nacional acumula alta de 2,21%, bem abaixo dos 5,78% registrados em igual período do ano passado, sendo, ainda, o menor acumulado no ano registrado em um mês de outubro desde 1998 (1,44%). Na RMF, por sua vez, o acumulado do ano encontra-se em 1,89%, também bem abaixo do registrado em igual período do ano passado, quando havia registrado 7,55%.

Nos dados da Tabela 1.1, a seguir, são apresentados os resultados da inflação para todas as áreas pesquisadas abrangidas pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). O Gráfico 1.2 também apresenta a evolução do IPCA para o acumulado nos últimos doze meses para o Brasil e RMF.

Embora os preços de outubro tenham se acelerado com relação a setembro, a inflação acumulada dos últimos doze meses na RMF encontra-se em apenas 2,63% e, portanto, ainda abaixo do limite inferior do teto da meta. Entre todas as regiões pesquisadas pelo SNIPC, Brasília é a única que acumula alta nos últimos 12 meses acima de 4% (4,12%); a região Metropolitana de Recife, que até recentemente apresentava a maior alta,

acumula nos últimos doze meses inflação de 3,67%. Destaca-se que o município de Goiânia e a Região Metropolitana de Porto Alegre acumulam alta nos últimos doze meses de apenas 2,01%.

No IPCA nacional, o acumulado dos últimos doze meses continua (desde agosto) abaixo do limite inferior do teto da meta de 4,5% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ao registrar 2,70%.

O comunicado de (25/10/2017) e a Nota 210^a do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) ressaltou que “O Comitê julga que o cenário básico para a inflação tem evoluído conforme o esperado. O comportamento da inflação permanece favorável, com diversas medidas de inflação subjacente em níveis confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária”.

Adicionalmente, o Comitê também destaca que a “a combinação de (i) possíveis efeitos secundários do choque favorável nos preços de alimentos e da inflação de bens industriais em níveis correntes baixos e da (ii) possível propagação, por mecanismos inerciais, do nível baixo de inflação pode produzir trajetória prospectiva abaixo do esperado”.

Ademais, foi também destacado no Comunicado a maior capacidade da economia brasileira em absorver eventual revés no cenário internacional, por conta da robustez de seu balanço de pagamentos e ao ambiente com inflação baixa, expectativas ancoradas e perspectiva de recuperação econômica. Por outro lado, o Copom pondera sobre o risco de um revés nesse cenário internacional benigno num contexto de frustração das expectativas sobre as reformas e ajustes necessários.

Outro ponto de destaque na 210^a do Copom é a orientação de que a política monetária deve combater apenas os efeitos secundários, onde a reação a possíveis mudanças de preços relativos, como nos casos de alimentos e de eventuais reajustes de tarifas de energia elétrica seguirá os mesmos princípios tanto diante de choques de oferta inflacionários quanto desinflacionários.

Finalmente, “o Copom avaliou que a política monetária tem flexibilidade para reagir a riscos para ambos os lados, tanto ao risco de que efeitos secundários de choques de oferta e propagação do nível corrente baixo de inflação produzam inflação prospectiva abaixo do esperado, quanto ao risco de um revés no cenário internacional num contexto de frustração das expectativas sobre as reformas e ajustes necessários”. Adicionalmente, a conjuntura econômica com expectativas de inflação ancoradas, medidas de inflação subjacente em níveis confortáveis, projeções de inflação ligeiramente abaixo da meta

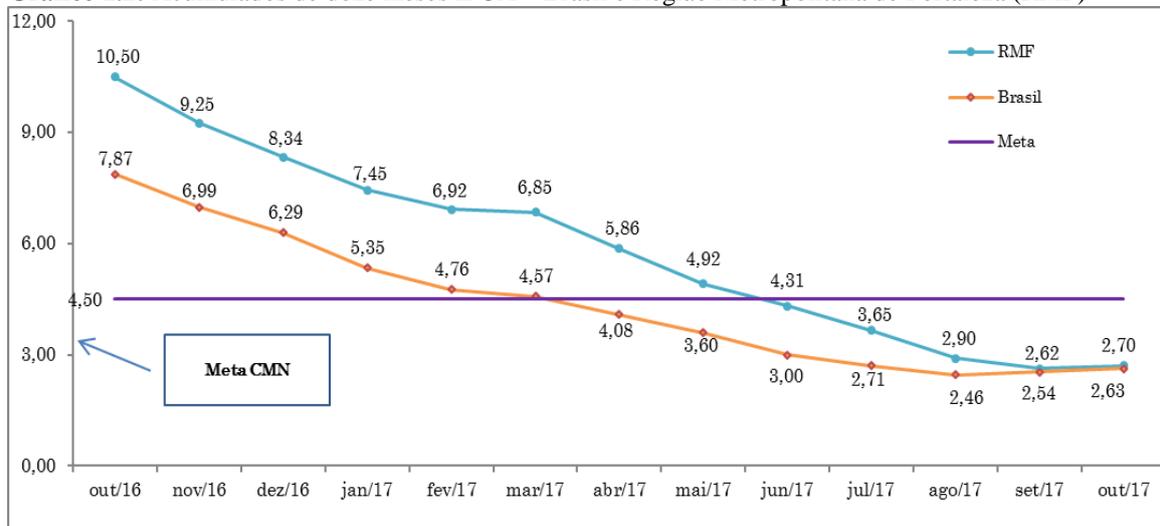
para 2018 e elevado grau de ociosidade na economia prescreve política monetária estimulativa.

Tabela 1.1: Variação Mensal e Acumulado 12 Meses IPCA – Agosto/Setembro

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Variação Acumulada 12 meses (%)
	Setembro	Outubro	
Rio de Janeiro	0,13	0,10	2,51
Porto Alegre	0,07	0,32	2,01
Belo Horizonte	0,24	0,34	2,19
Recife	-0,26	0,13	3,67
São Paulo	0,19	0,50	3,02
Brasília	0,22	0,48	4,12
Belém	0,33	0,31	1,32
Fortaleza	0,16	0,41	2,63
Salvador	0,24	0,46	2,58
Curitiba	0,14	0,71	3,30
Goiânia	0,04	1,52	2,01
Vitória	0,54	-0,10	3,12
Campo Grande	0,33	0,32	2,60
Brasil	0,16	0,42	2,70

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 1.2: Acumulados de doze meses IPCA – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE: Elaboração: IPECE.

2. Variações por Grupos e Itens

No que tange aos grandes Grupos do IPCA, destaca-se que no caso nacional Alimentação e Bebidas apresentou a sexta queda consecutiva (-0,05%), embora menos intensa do que a registrada em setembro (-0,41%). Os dados da Tabela 2.1 resumem todos os resultados para os nove grandes grupos de setembro e outubro de 2017.

O IBGE também destaca que nos últimos 12 meses a variação acumulada do grupo de alimentos foi de -2,14%; no ano, a variação é de -2,02%, com destaque que dos dez meses já transcorridos, sete apresentaram variação negativa. Ademais, o acumulado do ano é o menor registrado para o período desde a implantação do Plano Real em 1994. Na RMF, houve um leve aumento de 0,02%, revertendo o processo desinflacionário do grupo nos últimos cinco meses.

Por outro lado, o grupo de Habitação foi o responsável pela escalada dos preços neste mês de outubro no IPCA nacional ao registrar variação de 1,33%, com destaque para os itens Energia Elétrica e Gás de Botijão com variações de 3,28% e 12,9%, respectivamente.

Por sua vez, na RMF, o Grupo Habitação, ao lado de Vestuário, também registraram forte aceleração, com variação de 1,63% e 1,55%, respectivamente. No caso de Habitação, com peso de pouco mais de 14% no IPCA da RMF, o grupo passa a ser um dos grandes responsáveis pela aceleração inflacionária no mês, tendo como destaques os itens Combustíveis Residenciais e Energia Elétrica Residencial, com variação de 7,75% e 5,37%, respectivamente.

Tabela 2.1: Variação por Grupos do IPCA

Grupos	RMF		Brasil	
	Var. Mensal (%)		Var. Mensal (%)	
	Setembro	Outubro	Setembro	Outubro
Índice Geral	0,16	0,41	0,16	0,42
Alimentação e Bebidas	-0,57	0,02	-0,41	-0,05
Habituação	0,75	1,63	-0,12	1,33
Artigos de Residência	-0,43	0,06	0,13	-0,39
Vestuário	-0,19	1,55	0,28	0,71
Transportes	1,17	0,08	0,79	0,49
Saúde e Cuidados Pessoais	0,49	0,76	0,32	0,52
Despesas Pessoais	0,26	-0,25	0,56	0,32
Educação	0,16	-0,04	0,04	0,06
Comunicação	0,01	-0,01	0,50	0,40

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3. Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) se refere às famílias com rendimento monetário de um a cinco salários mínimos. É calculado também para dez regiões metropolitanas, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e Brasília, que são as mesmas áreas geográficas que abrange o IPCA.

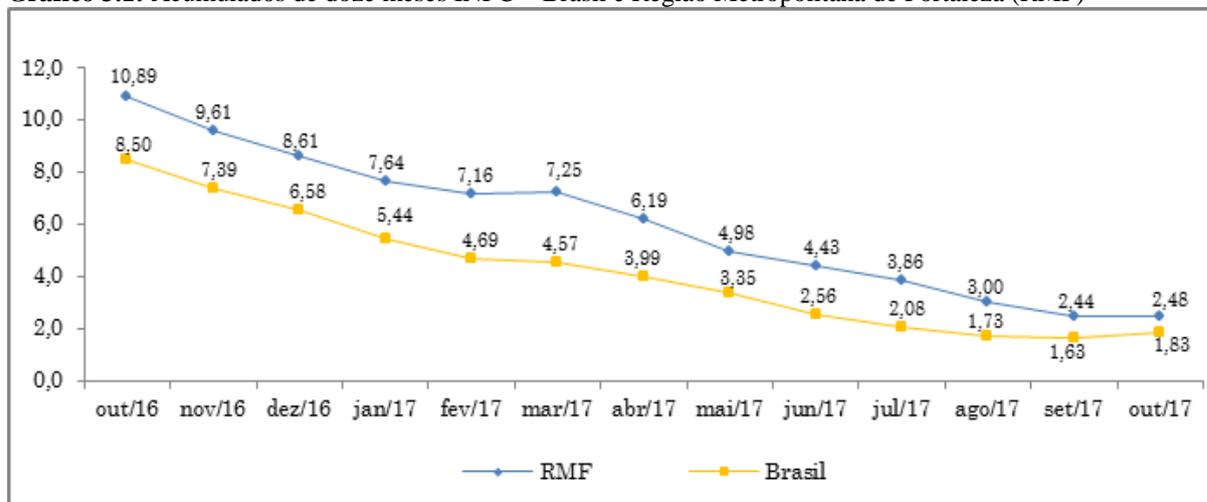
Neste mês de outubro, o INPC registrou aumento de 0,43% na RMF, revertendo o recuo de -0,04% no mês de setembro. No nacional, houve também aceleração, de magnitude de 0,37%.

Não obstante esses aumentos, o acumulado dos últimos 12 meses da RMF encontra-se em 2,48% e o nacional em 1,83% (Tabela 3.1 e Gráfico 3.1). É importante também destacar, como observado no Gráfico 3.1, abaixo, que o acumulado dos últimos 12 meses da RMF registrava 10,89%, enquanto no Brasil era de 8,50%.

Tabela 3.1: Variação Mensal e Acumulado 12 Meses INPC – Setembro/Outubro

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Variação Acumulada 12 meses (%)
	Setembro	Outubro	
Rio de Janeiro	-0,48	-0,22	0,50
Porto Alegre	-0,02	0,31	1,40
Belo Horizonte	0,09	0,34	1,21
Recife	-0,28	0,05	3,16
São Paulo	0,02	0,51	1,93
Brasília	-0,16	0,38	3,58
Belém	0,32	0,24	0,92
Fortaleza	-0,04	0,43	2,48
Salvador	0,09	0,41	2,40
Curitiba	-0,01	0,67	2,86
Goiânia	0,03	1,50	1,22
Vitoria	0,24	-0,19	2,19
Campo Grande	0,03	0,29	1,07
Brasil	-0,02	0,37	1,83

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 3.1: Acumulados de doze meses INPC – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)

Fonte: IBGE: Elaboração: IPECE.